

PERCEPÇÃO DE JOVENS RURAIS SOBRE TRABALHO, PROFISSÃO E QUALIDADE DE VIDA

Jadcely Rodrigues Vieira¹; Gislene Farias de Oliveira²; Ana Paula Silva dos Santos³;
Wilton Fagner Ferreira Pereira⁴; Francisco Irafram Dantas⁵

Resumo

Constitui objetivo principal neste artigo é analisar como os jovens escolares que residem em cidade rural localizada na região da Borborema no Estado da Paraíba, pensam sobre o trabalho, a profissão e a qualidade de vida. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e de levantamento de dados. Participaram da pesquisa 102 jovens nas idades entre 13 e 22 anos e que estavam cursando o ensino fundamental e médio em uma escola de uma cidade considerada rural localizada no Estado da Paraíba.

Palavras-Chave: jovens rurais, trabalho, profissão e qualidade de vida.

PERCEPTION OF RURAL YOUTH WORK ABOUT THEIR PROFESSION AND QUALITY OF LIFE

Abstract

The main objective of this paper is to analyze how the school youth residing in the rural town located in the Borborema, an state of Paraíba, think about your job, your profession and their quality of life. This is a quantitative research and survey data. The participants were 102 young people at ages between 13 and 22 years old who were taking the elementary and secondary education at a school in a town considered rural in the State of Paraíba.

Key-Words: rural youth, work, profession and quality of life.

¹ Doutora em Psicologia Social, Professora do Depto de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: jadcelyvieira@hotmail.com;

² Doutora em Psicologia Social, Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará. E-mail: gislenefarias2011@hotmail.com;

³ Mestre em Serviço Social. E-mail: paulasana@hotmail.com;

⁴ Aluno do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: faguinho26@hotmail.com;

⁵ Aluno do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: irafamdantas@hotmail.com.

Introdução

Estudar a juventude rural, “invisível” para a maioria dos estudiosos, torna-se um desafio de grande relevância, na medida em que os espaços rurais estão ficando cada vez mais heterogêneos e as atividades cada vez menos agrícolas.

A juventude rural salta aos olhos como uma faixa demográfica que é afetada, de maneira mais dramática, pelo desaparecimento das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação da falta de perspectivas para os que vivem da agricultura (CARNEIRO, 1998).

Ao longo da sua história, a psicologia tem enfatizado seus estudos para a população residente na zona urbana. Entretanto, deve-se levar em consideração que os graves problemas sociais, acarretados pela saída do homem do campo aqui no Brasil, têm levado essa urbanização a um verdadeiro caos.

É evidente que a migração é resultante de problemas econômicos, do caos conseqüente da má distribuição de renda e, da pouca atenção dada pelas autoridades ao crescimento desordenado das cidades. É claro que essa problemática chama muita atenção e, por isto, os pesquisadores da área se debruçam sobre os temas relacionados mais diretamente aos residentes nos ambientes urbanos. É importante pontuar que a psicologia se estruturou como ciência no século XX, o século da urbanização.

O processo de urbanização não acontece de forma organizada, ou seja, quando as políticas públicas se dirigem para os grandes centros, grande massa da população rural migra na tentativa de encontrar oportunidades de emprego, renda, moradia, alimentação. Desse modo, as pesquisas em psicologia sobre o ambiente rural são bastante limitadas e esta carência faz com que 18% de nossa população, cerca de 32 milhões de brasileiros que residem nas fazendas e sítios, que trabalham na agricultura e na pecuária e que estão expostos a modos de vida bastante diferentes da população urbana, mergulhem na invisibilidade por parte dos nossos pesquisadores.

Como consequência, ficam esquecidos na academia por professores, alunos e formadores de opinião, dificultando soluções políticas para esta parte da população que, parece transformar-se no “rebotalho” da sociedade, muitas vezes vivendo de forma degradada e degradante, sem expectativas de mudança em curto prazo.

Realizar uma pesquisa dessa natureza vem preencher uma lacuna existente sobre a compreensão e análise da juventude rural, compreender principalmente como as mudanças econômicas, sociais e culturais existentes hoje no mundo rural,

afetam as relações de trabalho e conseqüentemente a percepção da qualidade de vida desses jovens.

A temática da qualidade de vida no meio rural, especificamente para a juventude que reside em cidades rurais como é o caso, é de suma importância por ser considerada uma ferramenta importante para análise de políticas públicas, considerada atualmente, como uma medida das necessidades dos grupos sociais.

A qualidade de vida tornou-se ao longo das últimas décadas um tema de grande relevância a ser tratado e estudado pela academia. A grande problemática que se insere nessa perspectiva é a falta de consenso entre os pesquisadores na operacionalização desse conceito que se apresenta de forma multifacetada.

Mundo Rural: Perspectivas Atuais

Para Veiga, o Brasil é menos urbano do que parece, pois a definição dada pelos órgãos oficiais, como, o IBGE, que considera urbano toda e qualquer sede de município. Se formos caracterizar o ambiente rural, este seria lembrado pela sua paisagem campestre, que está ligado à produção agropecuária, que as pessoas têm características culturais, enfim se quisermos características que possam defini-la seria muito fácil de identificá-la. Quanto a característica urbana nos vem de imediato à idéia do contrário do que seja rural: vida agitada, muitos veículos, pessoas apressadas, ambiente diversificado.

A definição de rural e urbano utilizado no Brasil pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é uma divisão territorial que se originou na década de 1930 com o Estado Novo pelo Decreto-Lei 311 onde este determinou que toda sede de município tem categoria de cidade (VEIGA, 2003). Desde então o Brasil é considerado um país predominantemente urbano onde qualquer sede de município entraria nesta definição, mesmo aqueles distritos e vilas entrariam oficialmente na contagem como urbanas.

Para melhor esclarecer as definições entre rural e urbano, definiremos esses conceitos separados.

Urbano – cidades que aglomerariam mais de vinte mil habitantes.

Rural – pode ser compreendidas como cidades, sedes de municípios com uma população de até vinte mil habitantes. O meio rural é caracterizado como possuindo um núcleo urbano (sede do município) e um núcleo rural (agrário), onde predomina as atividades agrícolas (ALBUQUERQUE, 2001).

Para Abramovay (2000), assim como Veiga (2002), a definição de ruralidade é tomada como um conceito de natureza territorial e não setorial, ou seja, o meio rural, atualmente não se caracteriza pela

produção vinculada ao setor agrário ou alimentício, assim como, a cidade não pode ser definida pelo setor industrial. A definição de ruralidade foi definida pela FAO/SDA da seguinte forma:

(...) é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura (...). (ABRAMOVAY, 2000:6).

Esta definição de ruralidade serve para compreender que o meio rural hoje não pode ser compreendido apenas estando vinculado ao setor agrícola, mas caracterizado por uma economia diversificada pelos setores de serviços tanto públicos quanto privados.

A definição de urbano dado pelos órgãos governamentais brasileiros causou um grande prejuízo para o ambiente rural brasileiro, pois as políticas públicas passaram a privilegiar os grandes centros urbanos, onde aí estavam instaladas os recursos públicos, daí passou a germinar um grave problema social, pois as famílias rurais migraram em direção onde estavam alocados os investimentos públicos.

Nesse sentido, o processo de urbanização não se deu de forma organizada, ou seja, quando as políticas públicas se dirigiram para os grandes centros, grande massa da população rural migrou na tentativa de encontrar oportunidades de emprego, renda, moradia, alimentação. Segundo Albuquerque (2001):

A urbanização não obedeceu a critérios planejados ou estruturados através de políticas públicas explícitas, mas sim, a motivos de busca da melhoria da qualidade de vida, deslocando-se grande massa de camponeses para algumas poucas regiões e nelas para algumas cidades-pólo nas quais estavam concentrados os investimentos (...) (p.7).

O autor ainda coloca que para se realizar qualquer pesquisa que tenha o mundo rural como eixo de investigação, faz-se necessário refletir sobre alguns aspectos de natureza metodológica, partindo de uma análise do conceito de urbano e rural.

Para efeito de análises psicossociais, pode-se considerar como urbanas pessoas que vivem em cidades com 10 ou mesmo 20 mil habitantes,

equiparando-se àquelas que habitam concentrações de 550 mil a milhões de habitantes? (ALBUQUERQUE, 2001)

A tentativa de introduzir discussões como essa nessa pesquisa, tem a pretensão de contribuir para uma análise do que Veiga chama de “ficção estatística” e que efeitos estas definições causam para a falta de políticas de investimentos para o meio rural, pois grande parte da sociedade o define como atrasado e sem perspectivas, ou mesmo que deixou de existir, esses argumentos demonstram a falta de conhecimento e de valorização do meio rural. A consequência disso se resume na diminuição de políticas públicas para aquele setor e conseqüentemente o aumento de investimentos para o meio urbano.

Porém os órgãos governamentais têm despertado para a importância de investimentos para o ambiente rural na tentativa de solucionar os graves problemas ocasionados pela saída das famílias do campo em direção aos grandes centros. Para Veiga (2002),

Tudo dependerá, na verdade, da possibilidade dos brasileiros virem a valorizar o espaço rural e a entender a importância da agricultura como principal fronteira entre a sociedade e a natureza. As nações que adotaram a linha do desenvolvimento humano preferiram ter muitos agricultores e poucos safristas, em vez de muitas favelas e um punhado de barões (p.14).

Segundo Camarano (1999), a esse fenômeno os autores denominaram “desruralização progressiva”. A população rural brasileira a partir da década de 70 atingiu números alarmantes em termos migratórios, com 41 milhões de habitantes, correspondendo na época 44% da população. O que ocasionou para o meio rural um grande declínio populacional. Esse processo deve-se a queda da fecundidade rural e aos movimentos migratórios, principalmente de jovens e nesse processo a participação de mulheres tem aumentado progressivamente.

Outro aspecto levantado, diz respeito ao processo de “envelhecimento e masculinização” do meio rural. Esse é um fenômeno não apenas característico do mundo rural brasileiro. Na Espanha, por exemplo, esse processo migratório ocasionou um grave problema, sobretudo porque um grande número desse contingente populacional era representado por jovens com capacidade de trabalho e em idade de procriar. Ocasionalmente na época um processo de “masculinização” do meio rural.

Então se percebe que as políticas de investimento

no meio urbano têm atraído grande parte da população camponesa para residir na cidade. O que podemos concluir é que as políticas públicas para o campo não têm superado o grau de pobreza e a falta de recursos, o que é ainda mais grave, revelando a ineficiência dessas políticas para a melhoria das condições de vida das famílias agricultoras.

Para José Graziano da Silva, que coordena o Projeto de Pesquisa *Rurbano*, cuja principal elaboração é a de um *novo rural*. Segundo ele,

(...) está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano, mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um 'continuum' do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 1997, p.1).

Tais considerações levam em conta que o rural no Brasil se urbanizou devido ao rápido processo de industrialização da agricultura e o avanço do mundo urbano sobre o mundo rural. Em grande medida, isso se dá devido à integração da agricultura ao restante da economia nacional, caracterizando-se como uma atividade que não mais se define por um mercado de trabalho exclusivamente agrícola e com sua total integração aos setores que lhes fornecem insumos ou compram seus produtos.

O que se verificou, nas últimas décadas, nas cidades, foi um decréscimo do emprego industrial e um processo de contratos flexíveis e sazonais, à maneira do que antes ocorria na agricultura. Tudo isso determinado pela ascensão de transformações nos campos político, econômico e social, que dão lugar a “uma nova sociedade em gestação” (IBID, p. 2), impulsionada por novos estilos e qualidade e inovações nos setores das comunicações, transportes, que aproximaram as distâncias entre os diversos espaços e setores econômicos.

Neste sentido, os critérios para designação do que seja urbano e rural precisam ser redefinidos. Silva (2001) cita o que ele considera mitos a respeito do rural no Brasil: *o rural é sinônimo de atraso* (p.37), e o “rural é predominantemente agrícola” (Ibid, p.39), ou seja, que ele não se opõe ao urbano como símbolo de modernidade. Mostrando que há muito atraso e

violência no mundo rural brasileiro, cujas origens são históricas e relacionadas à existência de grandes propriedades rurais com o trabalho escravo. No entanto, há muito do que se assemelha ao urbano no *novo rural* brasileiro: *agribusiness*, *neo-rurais* (que criam escargot, plantas e flores, animais exóticos, destinados a nichos do mercado urbano), moradores de estruturados condomínios rurais, moradores de loteamentos clandestinos (trabalhadores e aposentados da cidade), agricultores familiares e pluriativos (que têm diversas atividades agrícolas e não agrícolas, estas geralmente vinculadas aos serviços) “e ainda milhões de *sem-sem*, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não têm emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação nem mesmo pertencem a uma organização como o MST (Movimento dos Sem-Terra), para poderem expressar suas reivindicações” (IBID., 37)

Mais de metade dessas famílias de pobres rurais tem suas rendas provenientes exclusivamente de atividades agrícolas: são famílias por conta própria (30% do total) com áreas de terras insuficientes e/ou com condição de acesso à terra precária (parceiros, posseiros, cessionários) ou famílias de empregados agrícolas (25%), a grande maioria sem carteira assinada.

Um terço dessas famílias de pobres rurais mora em domicílios sem luz elétrica, quase 90% não tem água canalizada, nem esgoto ou fossa séptica. Em quase metade dessas famílias mais pobres, o chefe ou pessoa de referência nunca frequentou a escola ou não completou a primeira série do primeiro grau, podendo ser considerado como analfabeto (IBID, p. 37-38).

Silva (2001), aponta um aparente paradoxo que permeia esse novo rural brasileiro. Enquanto decai o emprego em atividades agrícolas, volta a crescer a população residente no campo, o que se explica, em parte, pelo incremento do emprego não-agrícola no campo, mas também pelo aumento do contingente de desempregados, inativos e aposentados que permanecem, ou se dirigem para o campo. O que seria um fato para impulsionar o êxodo rural, as ocupações agrícolas geram menos renda que as atividades não-agrícolas. Assim,

Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando, cada vez mais, não-agrícolas,

garantindo sua sobrevivência mediante transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não-agrícolas (p. 42).

Quanto à questão do êxodo rural como um fenômeno inexorável, Silva (2001) acredita que a população rural parou de diminuir nos anos 90 e iniciou uma lenta recuperação. A crise da agricultura nessas regiões poderia indicar não uma diminuição, ou um cessamento, mas a intensificação do êxodo rural. Isso quer dizer que a agricultura já não determina sozinha os rumos da demografia no campo, especialmente devido à ampliação do emprego não-agrícola.

Nos anos 1990, passou-se a observar uma mudança no que diz respeito à dinâmica do êxodo rural, que, no Brasil, é anterior à modernização da agricultura, portanto, aos anos 70. O que aconteceu, a partir de então, foi que esses deslocamentos populacionais do campo em direção às cidades ganharam uma nova especificidade, sendo determinados pelos impactos da modernização da agricultura. Até os anos 1970, foram vários os fatores que exerceram influência para ocorrência do êxodo rural.

Segundo Palmeira (1989), a partir de 1930, as secas do Nordeste, com o impulso do processo de industrialização e com a urbanização, foram fatores decisivos que contribuíram para o êxodo rural. “Provavelmente, esses deslocamentos de população têm acompanhado diferentes tipos de crises no setor agropecuário e os movimentos, nem sempre regulares, de crescimento das atividades econômicas nas cidades que, conjugados ou não àqueles, exercem alguma *atração* sobre determinados segmentos da população rural” (IBID, 1989), ou seja, a partir de 1970, os aspectos determinantes do êxodo rural estão localizados com muito mais ênfase no próprio campo:

“O que há de novo, no ‘êxodo rural’ das décadas mais recentes, é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. É verdade que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) também já ocorria no passado (...).

Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes em uma outra propriedade, ou mesmo, em um momento seguinte, reconstituía a

primeira relação, na expulsão recente, a saída da propriedade é definitiva e sem substituição, ou, dito de uma outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado. Não nos parece, pois, desprovido de sentido falarmos de expropriação do campesinato.

Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como naturais, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz em um certo sabe fazer” (SILVA, 2001).

Nas últimas três décadas, houve um intenso processo de alteração nas relações de trabalho, especialmente no Nordeste, o que ajudou a intensificar o êxodo rural até a década de 90. As dificuldades de emprego nas cidades e o surgimento das ORNAS (Ocupações Rurais Não-Agrícolas) estancaram esse processo, sem, no entanto, criar melhorias efetivas na qualidade de vida da população rural.

O processo de assalariamento e o fim de relações de trabalho tradicionais no campo nordestino são realidades expressas, principalmente, na figura dos moradores, além da inexistência de políticas de distribuição de terra e a não viabilização de alternativas econômicas para a população pobre.

Partindo destas questões, Silva (2001) conclui que o slogan “*desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural*” é mais um mito a respeito do mundo rural brasileiro que uma realidade, ou seja, todo avanço verificado nas últimas décadas no mundo agrícola não produziu efeitos distributivos e acabou concentrando riqueza.

Colocando os velhos mitos à prova da realidade, Silva (2001) também pensa assim em relação aos novos mitos. Para ele, por exemplo, aquilo que seria definido como trabalho não-agrícola (as Ocupações Rurais Não-Agrícolas – ORNAS) não pode ser a única solução para os problemas rurais das regiões mais atrasadas, como é o caso do Nordeste. Assim é que ORNAS, impulsionadas pelas demandas não-agrícolas de populações urbanas (construção civil, turismo), têm sua expansão vinculada à agricultura mais moderna e desenvolvida e à proximidade dos grandes centros urbanos e na maior

parte do Nordeste. Nessas regiões, não existem, em curto prazo, nenhuma alternativa senão políticas compensatórias, tais como: as de renda mínima e de previdência social ativa.

Outra desmistificação necessária, segundo Silva (2001), é a de que “*a reforma agrária não é mais viável*”. Se, para ele, as pequenas atividades agrícolas tradicionais, como plantar arroz e feijão, não são capazes de gerar renda suficiente, para produzir níveis adequados de desenvolvimento nessas áreas rurais, por outro lado, surgiram outras alternativas econômicas que podem ser viabilizadas com a reforma agrária, que, nesse sentido, torna-se “cada vez mais necessária”.

Em síntese, as transformações que viveram a economia e a sociedade brasileira nas últimas décadas tornaram, em grande medida, obsoletas algumas definições e conceituações a respeito do que pode atualmente ser designado como *rural*. A complexidade dessas mudanças e da realidade produzida, entretanto, não torna o rural uma mera extensão do urbano, mas é necessário encará-lo a partir do reconhecimento dessas mudanças, para que qualquer atuação, especialmente por parte do Estado, possa produzir algum efeito nessa realidade.

Como demonstrou Silva, (2001) alguns desafios continuam extremamente atuais, como a problemática da concentração da renda e da terra no mundo rural brasileiro, questões que estão intimamente ligadas à apreciação da qualidade de vida no meio dessa população. A ação do Estado, através de políticas públicas, deve levar em conta essa realidade histórica para que possa ajudar na superação dessa realidade.

Desse modo, este trabalho tem o intuito de contribuir para uma reflexão sobre as mudanças nas relações de trabalho existentes atualmente no campo paraibano, e seus impactos na qualidade de vida, tendo como foco de análise a juventude rural. Por esse motivo, avaliar a percepção de jovens sobre qualidade de vida e trabalho servirá como instrumento de planejamento de políticas para o campo.

Construção do Conceito de Qualidade de Vida na Contemporaneidade e sua Importância como Medida de Satisfação das Necessidades

Nas discussões sobre qualidade de vida, áreas como a Sociologia, a Economia e a Psicologia ainda buscam o entendimento do conceito, que se revela de forma multifacetada e influenciada pela cultura e

pelos valores. O que se pode observar na literatura é que ainda não existe um consenso no entendimento da qualidade de vida, mas o conceito pode ser compreendido, a partir de valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000).

A partir da década 40, o conceito traduziu a idéia de que a saúde das pessoas era um forte indicador. Esse conceito ganhou notoriedade a partir da Segunda Grande Guerra “e coincidiu com o desenvolvimento de procedimentos e de técnicas destinados à manutenção da vida de enfermos crônicos e terminais e de bebês prematuros, ou que estavam sob o risco de morte” (NÉRI, 2004). A questão da qualidade de vida, no período do pós-guerra, também pode ser compreendida a partir da necessidade dos países que enfrentaram os problemas advindos da guerra.

Nesse mesmo período, surgiu a expressão desenvolvimento, para caracterizar aqueles países que, por enfrentarem os problemas advindos do conflito internacional, necessitavam reconstruir suas bases econômicas. A partir daí, várias teorias do desenvolvimento surgiram e enfatizaram a importância da renda *per capita* como um delineador do desenvolvimento social e econômico.

A avaliação da qualidade de vida por meio da renda *per capita* estava agregada a valores quantitativos, ou seja, era levado em conta o nível de renda ou, de forma mais abrangente, a aquisição de bens materiais das populações em geral. Esse tipo de avaliação foi bastante criticado, visto que apenas se somavam as riquezas totais do país, ou seja, o PIB (Produto Interno Bruto), quando, de fato, nesta, mascaravam-se as reais condições das regiões menos desenvolvidas.

Pensando nisso, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou, na década de 1990, o IDH¹ (Índice de Desenvolvimento Humano), e a proposta de criação desse índice foi mensurar a qualidade de vida dos países, por meio de três indicadores: *expectativa de vida*, *taxa de analfabetismo* e *renda*. Esses indicadores representam a noção de que a qualidade de vida não se mede apenas pelo PIB *per capita*, ou

¹ O IDH foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Hag, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de economia de 1998. A proposta foi de criar um índice que pudesse se aproximar da leitura das reais condições de vida das populações de todos os países, incluindo aí as regiões mais pobres.

seja, a média da produção de riqueza de um país dividido pela população de uma região ou país, levando em conta outras dimensões importantes da vida, como a educação, por exemplo.

A noção do conceito de *qualidade de vida* evolui ao longo do tempo, inserindo, a cada nova abordagem, uma dimensão a mais, na tentativa de construir uma representação que pudesse ser aceitável na compreensão da qualidade de vida das pessoas. Como foi visto, o conceito qualidade de vida começou pela discussão da realidade econômica. Assim, pensa Néri (2004),

Incorporou-se a noção de que o sucesso das pessoas e dos países, bem como seu bem-estar material, é determinado pelo progresso econômico, traduzido em melhoria das condições materiais de subsistência, na possibilidade de aquisição de bens, no acesso a oportunidades de educação, saúde, moradia, lazer, trabalho e desenvolvimento pessoal (p.2).

Seguindo na discussão do conceito, para Galinha e Ribeiro (2005),

Era necessário proceder-se a uma distinção operacional entre o Bem-Estar Material e o Bem-Estar. O Bem-Estar Material é a avaliação feita pelo indivíduo ao seu rendimento ou, de modo mais geral, à contribuição dos bens e serviços que o dinheiro pode comprar para o seu Bem-Estar. Para além dos recursos materiais, outros aspectos determinam o nosso Bem-Estar ou a nossa Qualidade de Vida – a nossa saúde, as relações, a satisfação com o trabalho, a liberdade política, entre outros (p.205-206).

Para compreendermos o que se tem discutido e analisado sobre qualidade de vida, chega-se ao entendimento de que a qualidade de vida não está apenas no que o objeto proporciona, mas na realização pessoal, e essa realização é medida pelo grau de satisfação e bem-estar.

O estudo de Campbell serviu de base, para que os estudiosos em qualidade de vida questionassem sobre a utilização por si só dos indicadores econômicos, passando a dar importância para os aspectos psicológicos na avaliação da qualidade de vida da população em geral. Néri, (2004) “A oncologia foi a

especialidade que, por excelência, viu-se confrontada com a necessidade de avaliar as condições de vida dos pacientes que tinham sua sobrevida aumentada com os tratamentos propostos, já que, muitas vezes, na busca de acrescentar “anos à vida”, era deixado, de lado, a necessidade de acrescentar “vida aos anos” ” (OMS).

A definição e a operacionalização do conceito de qualidade de vida, devido a sua complexidade em termos de medida, não atingiram um consenso entre os pesquisadores, Perry e Felce (1995), bem como o conceito de Bem-Estar Subjetivo, que, para muitos autores, é considerado como sendo uma avaliação subjetiva de qualidade de vida (ALBUQUERQUE e TRÓCCOLI, 2004). Setién (1993, citado por Nogueira, 2002, “atribui essa dubiedade ao fato de ser uma expressão que pertence ao universo ideológico, cuja apreensão exige alto grau de explicação” (p.116). Encontra-se, na literatura, uma gama de definições sobre qualidade de vida.

Perry e Felce (1995) reuniram, apesar da discordância na definição de qualidade de vida, quinze fontes importantes, na tentativa de explicar quais domínios integram o construto. Os aspectos operacionalizados por vários autores foram reunidos por Parry e Felce (1995), em cinco domínios: bem-estar físico; bem-estar material; bem-estar social; desenvolvimento e atividade; bem-estar emocional. Os autores operacionalizam os domínios que definem qualidade de vida classificados na sequência adiante exposta:

- *Bem-estar físico – inclui saúde, aptidão física e segurança física.*
- *Bem-estar material – compreendem finanças ou renda, qualidade do ambiente, privacidade, posses, alimentação, transporte, lugar de moradia, segurança e estabilidade.*
- *Bem-estar social – inclui duas maiores dimensões: relações interpessoais (com a família e amigos) e atividades na comunidade (relação com o apoio social recebido).*
- *Desenvolvimento e atividades – está relacionado com autodeterminação, competência ou independência e à procura por atividades funcionais como: trabalho, lazer, serviço doméstico, educação e produtividade.*
- *Bem-estar emocional – inclui afeto e humor, satisfação com: amor próprio, status, respeito, fé religiosa.*
(PERRY e FELCE, 1995: 60)

Os autores alertam que é importante enfatizar que os domínios propostos não foram derivados empiricamente, mas organizados por eles como forma de classificar o conteúdo abordado na literatura sobre qualidade de vida.

Estes mesmos autores propõem a reunião dos domínios que compõe a qualidade de vida, mostrando que os três elementos que modelam a qualidade de vida de modo global estão em interação dinâmica um com o outro, são eles: condições de vida objetiva; sentimentos subjetivos de bem-estar; valores pessoais e aspirações.

Eles defendem a idéia de que, havendo uma mudança em algum domínio objetivo, pode mudar a satisfação ou valores pessoais de uma pessoa. Igualmente, mudanças em valores podem mudar satisfação e, conseqüentemente, mudança em alguma circunstância objetiva. Os três elementos são capazes de mudar um ao outro, como resultado de influências externas. Tais influências externas podem incluir: herança genética, social, material, idade, maturação, desenvolvimento histórico, emprego, variáveis econômicas e políticas. Esses três elementos estão abertos às influências externas e são considerados importantes para quem deseja avaliar a qualidade de vida (PERRY e FELCE, 1995).

Dentre as várias definições encontradas abaixo, pode-se perceber que existe algum elemento a mais na interpretação do conceito ou um consenso sobre a importância dos aspectos subjetivos.

Qualidade de vida definida como: condições de vida, satisfação com as condições de vida; combinação de ambas: condições de vida e satisfação (BORTHWICK – DUFFY (1992), citado por PERRY e FELCE (1995).

Qualidade de vida é a soma de uma gama de medida de condições objetivas de vida experienciada por um indivíduo. “(...) Sendo a resposta subjetiva às condições e aos domínios de satisfação com a vida” (Landesman, 1986 citado por Perry & Felce, 1995).

Qualidade de vida ainda pode ser definida como estando agregada a sete domínios objetivos e subjetivos: Bem-estar material, saúde, produtividade, intimidade, segurança, comunidade e bem-estar emocional. Domínios objetivos incluem medidas culturalmente pertinentes do bem-estar objetivo. Domínios subjetivos incluem um peso de satisfação medido pela importância individual (CUMMINS, 1997).

Qualidade de vida “é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrada na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. (...) O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos

e coletividades que a elas se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade social” (ALQUIER, 1997, apud MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000).

Nem sempre a satisfação pode estar relacionada às condições de vida, podendo revelar-se sob vários aspectos, quais sejam: pessoais, ambientais, culturais, etc. A qualidade de vida é um construto aberto, que pode ser integrado por outros atributos a partir das particularidades da cultura.

A preocupação de atribuir ao conceito de qualidade de vida dimensões subjetivas teve, como marco referencial, o estudo de Campbell, que, por sua vez, serviu de base para que os estudiosos do tema questionassem a utilização, por si só dos indicadores econômicos e passassem a dar importância aos aspectos psicológicos na avaliação da qualidade de vida da população em geral (NÉRI, 2004).

Nesse sentido, a avaliação da qualidade de vida proposta pelos autores indica uma direção mais completa para o conhecimento do que representa o construto qualidade de vida, demonstrando ainda sua complexidade em termos de operacionalização.

Em suma, é importante destacar a diferença existente entre o padrão de vida e qualidade de vida, ao falarmos de aspectos socioeconômicos, demográficos e de cuidados básicos de saúde, além do modo de viver de uma determinada sociedade, estamos nos referindo ao padrão de vida. Quando nos referimos aos aspectos considerados pelo sujeito, como sendo importantes para a sua vida, estamos tratando de qualidade de vida (PANZINI, 2007).

Método

População e Amostra

A população-alvo consistiu em jovens residentes em uma cidade rural da região da Borborema no estado da Paraíba. A amostra consistiu de 102 jovens nas idades entre 13 e 22 anos e que freqüentavam a escola de ensino médio e fundamental da cidade.

Procedimento

Utilizou-se um procedimento padrão, em que os aplicadores foram previamente preparados e orientados para intervir o mínimo possível nas

respostas dadas pelos participantes, minimizando a possibilidade de viés de resposta. Os instrumentos foram aplicados nos horários das aulas dos jovens com autorização da diretora responsável pela escola com dias e horários previamente marcados.

Considerou-se para escolha do município que compôs a amostra, uma cidade vizinha a Campina Grande que possui até vinte mil habitantes.

Instrumento

Foi utilizado para a coleta dos dados um instrumento elaborado pela equipe contendo dados sócio-demográficos dos jovens, dados sobre trabalho, profissão e qualidade de vida.

Análise dos dados

Os dados quantitativos foram analisados considerando frequências e porcentagens das respostas dos participantes. Quanto aos dados qualitativos foram analisados com base no conteúdo das respostas (BARDIN, 1979) dadas pelos participantes às questões abertas, estabelecendo-se as unidades de análise que correspondem às perguntas, suas categorias e subcategorias e as frequências. 59

Considerações Éticas

Seguiu todas as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos, como prescreve a resolução 196/96 do conselho nacional de saúde. Todos os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de participarem da pesquisa em foco.

Resultados

Os resultados das tabelas abaixo representam a percepção dos jovens quanto aos aspectos propostos nesse estudo que é avaliar como os jovens rurais pensam sobre trabalho, profissão e qualidade de vida no lugar onde vivem. Para tanto se utilizou de variáveis como sexo, idade, escolaridade, razões do porque estudam, gênero etc.

Tabela 1. Sexo, Idade e Escolaridade dos sujeitos

	f	%
Sexo		
Masculino	42	41,2%
Feminino	60	58,8%
Idade		
13 – 15 anos	54	53%
16 – 22 anos	48	47%
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	47	46%
Ensino Médio Incompleto	52	51%
Não respondeu	3	3%
Total	102	100%

Na Tabela 1 verifica-se que participaram da pesquisa 102 jovens na faixa etária de 13 à 22 anos, sendo a menor idade de 13 anos e a maior de 22 anos. A maior frequência foi de 16,7 % que corresponde à idade dos 17 anos. Em relação ao sexo, 58,8% são do sexo feminino e 41,2% do sexo masculino. Quanto à escolaridade, a maioria (51%) possui ensino médio incompleto.

Na (Tabela 2) abaixo encontramos dados sobre o nível de satisfação dos jovens com os estudos. Conhecer como eles percebem a importância dos estudos para a vida.

Tabela 2. Se você estuda, estuda por quê?

	f	%
Acha importante para vida	99	96,1
Seus pais obrigam	02	1,9
Porque seus amigos estudam	01	1,0
Total	102	100

Na Tabela 2 quando se perguntou: “se, você estuda, estuda por quê?”, 96,1% dos participantes responderam que acham importante estudar e apenas 1,9% mais 1% responderam que estudam porque os pais obrigam ou porque os amigos estudam.

Tabela 3. Que profissão você gostaria de ter?

	f	%
Áreas Biológicas e da Saúde	22	21,6
Áreas Exatas e da Terra	02	2,0
Áreas das Ciências Humanas e Sociais	20	19,6
Área das Ciências Sociais Aplicadas	01	1,0
Área de Engenharia e Tecnologia	11	10,8
Outras	41	40,8
Não sabe ou não respondeu	04	3,9
Total	102	100

Com relação aos dados da Tabela 3, 21,6 % responderam que gostariam de ter uma profissão na área de ciências biológicas e da saúde, 19,6% responderam que gostariam de ter uma profissão nas áreas de ciências humanas e sociais, 10,8% responderam que gostariam de exercer uma profissão na área de engenharia e tecnologia e 40,8% responderam que gostariam de exercer outras profissões como: jogador de futebol, recepcionista, bombeiro, policial, técnico de telecomunicações, modelo fotográfica, músico, escritor, operador de máquinas, professora, pedreiro, mecânico, motorista de ônibus, soldado militar, aeromoça, empre 60 secretária e aviação civil

Tabela 4. Quem tem mais chances de estudar, o homem ou a mulher?

	F	%
Homem	12	12
Mulher	76	76
Ambos	14	14
Total	102	100

Na Tabela 4, com relação a percepção dos jovens quanto a quem tem mais chances de estudar, o homem ou a mulher, 76% responderam que a mulher tem mais chances de estudar do que o homem. Enquanto 12% responderam que o homem tem mais chance e 14% responderam que ambos têm as mesmas chances de estudar.

Tabela 5. Você acha mais importante estudar ou trabalhar?

	f	%
Estudar	88	86,3
Trabalhar	13	12,7
Não respondeu	01	1,0
Total	102	100

Como podemos ver na (Tabela 5) sobre o que o jovem acha mais importante, estudar ou trabalhar, 86% responderam que é mais importante estudar e 12,7% responderam o trabalho como o mais importante.

Tabela 6. O Jovem rural tem outra atividade fora a agricultura?

	f	%
Só na agricultura	08	7,8
Outras atividades	60	58,8
Agricultura e outras atividades	26	25,5
Não sabe ou não respondeu	08	7,8
Total	102	100

Nos resultados encontrados na (Tabela 6) pode-se observar que quanto às atividades que os jovens desempenham, não é a agricultura a única atividade geradora de renda, pois 58,8% responderam possuírem outras atividades e 25,5 % responderam que têm a agricultura atrelada a outras atividades que geram renda.

Tabela 7. Você acredita que chegará a cursar uma universidade?

Variáveis	f	%
Sim	80	78,4
Não	20	19,6
Não sabe ou não respondeu	02	2,0
Total	102	100

Quanto à percepção dos jovens sobre cursar o nível superior de ensino na (Tabela 7), 78,4% dos jovens acreditam que chegarão a cursar uma universidade e apenas 19,6% não acreditam nessa possibilidade.

Tabela 8. O que você entende por qualidade de vida?

	f	%
Ter uma vida boa	13	12,7
Manter-se financeiramente	09	8,8
Ter vida digna	02	2,0
Ter saúde e educação	08	7,8
Vestir-se a alimentar-se bem	02	2,0
Felicidade	01	1,0
Sucesso	02	2,0
Precisa melhorar	02	2,0
Não respondeu/Não soube explicar	62	60,8
Total	102	100

Quanto a percepção dos jovens sobre qualidade de vida, 12,7% responderam que qualidade de vida é ter uma vida boa, 8,8% responderam que é manter-se financeiramente, 7,8% é ter saúde e educação, 60,8% não souberam responder, os outros 7% dos respondentes deram respostas do tipo “ter vida digna”, “ter saúde e educação”, “vestir-se a alimentar-se bem”, felicidade” e “sucesso”.

Tabela 9. Existe qualidade de vida no meio rural?

	f	%
Sim	73	71,6
Não	25	24,5%
Não respondeu	04	3,9
Total	102	100

Na pergunta, se existe qualidade de vida no meio rural, 71,6% responderam que sim, 24,5% responderam que não e 3,9% não responderam.

Tabela 10. Se pudesse atribuir uma nota para a vida que leva aqui, que nota você daria?

	f	%
Notas de 1 – 4	06	4,9
Notas de 5 – 7	26	25,5
Notas de 8 – 10	68	66,7
Não sabe ou não respondeu	02	1,9
Total	102	100

Quanto à avaliação geral da qualidade de vida, os jovens deram notas que variaram de 1 a 10. Percebe-se nos dados acima que 66,7%, deram notas entre 8 e 10, 25,5% atribuíram notas entre 5 e 7 e

apenas 4,9% deram notas entre 1 e 4, 1,9% não sabiam ou não responderam.

Discussão

A temática da qualidade de vida no meio rural ainda é bastante incipiente e necessita de melhor aprofundamento quanto às questões de natureza subjetiva.

Considerando que o objetivo dessa pesquisa é realizar um levantamento da percepção dos jovens localizados em uma cidade rural da Paraíba, foi possível o conhecimento das variáveis que englobam o conceito de qualidade de vida. Aspectos como: “*se você estuda, estuda por quê?*”, 96,1% dos participantes responderam que acham importante estudar, demonstra que esses jovens vislumbram que na educação tudo será ou poderá modificar suas vidas.

Para Abramovay (1998) “até 20 ou 30 anos atrás, os jovens do meio rural obedeciam às regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na propriedade paterna, seja em busca de mais terra na fronteira agrícola. Neste ambiente, é no papel de mãe e esposa de agricultor que se construía o futuro da maioria das moças” (p.89).

Percebem-se nos dados encontrados que as mulheres representam papel importante na percepção de quem tem mais chances de estudar, pois 76% responderam que as mulheres têm mais chances de estudar do que os homens.

Essa é uma amostra das mudanças sociais e econômicas em que atualmente vem passando o mundo rural hoje. Antes, o papel da mulher jovem rural era o de esposa e mãe. Muito embora isso ainda seja uma realidade no campo, porém o papel da educação tem desempenhado fortes mudanças nessas relações.

Quanto à questão de outra atividade fora a agricultura que os jovens desempenham, esses dados vem referendar o que Abramovay (2006) coloca. Para este autor é preferível não definir atualmente o meio rural por seu caráter não agrícola. “Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas.

Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Isso pode ser claramente verificada na percepção desses jovens quanto a possibilidade de cursar a universidade. Considerando as várias mudanças ocorridas hoje no mundo rural, está cada vez mais próxima desse sonho vir a acontecer, considerando as políticas de educação universitária aproximar-se cada vez mais das cidades consideradas rurais.

Considerações finais

O jovem rural hoje parece perceber-se fazendo parte de um projeto maior na sociedade, na medida em que possuem a responsabilidade de continuar o projeto dos pais, porém, considerando a educação como mola propulsora desse projeto individual. Estes parecem oscilar entre um projeto para construírem suas vidas de maneira mais individualizada – expresso pelo desejo de melhorarem seus padrões de vida e, o compromisso com a família de origem, o que normalmente se confunde com o sentimento de pertencer à comunidade de origem, já que a família é tida como um espaço privilegiado de sociabilidade.

Referências

- ALBUQUERQUE, A.S.; TRÓCCOLI, B.T. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *In.: Psicologia: teoria e pesquisa*, 20, p. 153-164, 2004.
- ALMEIDA, B.L.F. de. **O sistema de proteção social e o estado brasileiro**. [no prelo]. 1996.
- BRUNHOFF, S. de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: UNESP. 1991.
- CANCIAN, R. **História e crise do welfar-state**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/sociologia/ult4264u30.jht>>. Acesso em: 20 fev. 2008.
- CARNEIRO, M.J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In.: SANTOS, R. et al. Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CUMMINS, R.A. **Comprehensive quality of life scale – adult**. Fifth edition (ComQol-A5). School of psychology. Deakin University. Disponível em: <<http://acqol.deakin.edu.au/index.htm>>. Obtido em: 06 abr. 2005. 1997. p. 39-52.
- CUNHA, A.D.C. **Relações de gênero na agricultura familiar: a produção frutícola no projeto irrigado de São Gonçalo-PB**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 1998. [Tese de Doutorado Não Publicada].
- DIENER, E.; OISHI, S.; LUCAS, R.E. Personality, culture and subjective well-being: Emotional and cognitive evaluations of life. *In.: Annual review of psychology*, 54, p. 403-425, 2003.
- DIENER, E.; SUH, E. **Measuring quality of life: economic, social and subjective indicators social indicators research**, 40, p. 189-216, 1997.
- DIENER, E.; SUH, E.; LUCAS, R.E.; SMITH, H.L. Subjective well-being. Three decades of progress. *In.: Psychological bulletin*, 125 (2), p. 276-302, 1999.
- GALINHA, I.; RIBEIRO, J.L.P. História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo. *In.: Psicologia, saúde e doenças*, v. 2, p. 203-214, 2005.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *In.: Ciência & saúde coletiva*, 5 (1), p. 7-18, 2000.
- NOGUEIRA, V.M.R. Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito. *In.: Ciências humanas e sociais*, v. 23, p. 107-122, 2002.
- NOVO, R. **Para além da eudaimonia: o bem-estar psicológico em mulheres na idade adulta avançada**. Coimbra: Fundação Caloute Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. [Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas].
- PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. *In.: Estudos avançados*, 3, (7), p. 87-108. São Paulo: 1989.
- PERRY, J.; FELCE, D. Quality of life: its definition and measurement. *In.: Research in developmental disabilities*, 16, p. 51-74, 1995.
- PRADO, R.L. **Introdução à teoria econômica dos "property rights"**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3206>>. Acesso em: 03 mar. 2008.
- SELIGMAN, M.E.P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology: an introduction. *In.: American psychologist*, 55, p. 5-14, 2000.
- SILVA, G.J. O novo rural brasileiro. Belo Horizonte. *In.: Revista nova economia*, 1997.
- SILVA, J.G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *In.: Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 37-50. São Paulo: 2001.
- VIANNA, F.R.L. A representação da felicidade no mundo ocidental. Rio de Janeiro: UFRJ. [Tese de Doutorado]. *In.: PRADO, Rodrigo Leite. Introdução à teoria econômica dos "property rights"*. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3206>>. Acesso em: 20 fev. 2008.